



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS  
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br  
Paço Municipal

PMC-SMJ-PGM-PLC-NFA

## AJUSTES

Campinas, 26 de janeiro de 2026.

### TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 008/2026

Protocolo SEI PMC.2025.00188406-07

Por este Termo de Permissão de Uso, o **MUNÍCIPIO DE CAMPINAS**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob nº 51.885.242/0001-40, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campinas, doravante denominada simplesmente **PERMITENTE**; e a ASSOCIAÇÃO CHANCE INTERNACIONAL inscrita no CNPJ sob nº 00.300.881/0001-66 com sede na Rua: Elias Antônio Sayeg, nº 229, Sala 03, Pavimento Superior – Condomínio Galeria Paniere – Conjunto Habitacional – Vila Reggio – CEP: 13.067-630, doravante simplesmente denominado **PERMISSIONÁRIO**, representada por seu dirigente, o Sr. Cláudio Pereira Bokrelen brasileiro, (estado civil), (profissão), portador da cédula de identidade (RG) nº 24.395.225-9, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob nº 155.869.918-02, com endereço\_têm entre si ajustado o que segue:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Fica permitido à Associação Chance Internacional o uso dos seguintes bens imóveis municipais:

*“Unidade Educacional CEI Jardim Campos Elíseos – Rubem Alves, localizado à Avenida Paulo Provenza Sobrinho, nº75, bairro Jardim Campos Elíseos, nesta cidade e Comarca de Campinas/SP; assim como todos os móveis que o guarnecem e que se encontram especificados no anexo a este Termo.”*

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - USO DO BEM**

2.1. As áreas descritas neste Termo de Permissão de Uso deverão ser utilizadas pelo **PERMISSIONÁRIO**, única e exclusivamente, para o atendimento educacional a crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos de idade, matriculadas na Educação Infantil, Primeira Etapa da Educação Básica, nos exatos termos estipulados pelo Edital de Chamamento **02/2025** pelo Termo de Colaboração, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

2.2. Deverá, ainda, o **PERMISSIONÁRIO** preservar as edificações e suas instalações, conservando os bens públicos sob sua responsabilidade, com a supervisão da Secretaria Municipal de Educação; assim como todos os bens móveis que os guarnecem.

2.3. Fica **VEDADA** a cessão a terceiros, a qualquer título, dos bens públicos ora permissionados, bem como os seus usos para fins diversos do estabelecido neste Termo.

**2.4.** Fica assegurado ao **PERMITENTE** o direito inderrogável de supervisionar e de fiscalizar o estrito cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo, inclusive com a realização de vistorias *in loco*, e a proceder, por intermédio de equipe indicada pela Secretaria Municipal de Educação, o monitoramento e a avaliação do desenvolvimento do objeto da parceria e das atividades realizadas pela Organização da Sociedade Civil nos locais.

**2.4.1.** Deverá ser assegurado o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos bens públicos descritos na Cláusula Primeira.

**2.5.** Não poderá o **PERMISSIONÁRIO** utilizar as áreas públicas de que trata este Termo para exibir propaganda de qualquer espécie, notadamente de cunho político, religioso ou comercial.

**2.5.1.** Deverá o **PERMISSIONÁRIO** manter, na fachada dos imóveis em que a parceria é executada e em local visível, placa indicativa acerca da gestão da respectiva unidade educacional, contendo o número do Termo de Colaboração firmado entre o Município de Campinas e a Organização da Sociedade Civil, com seu prazo de vigência, sendo certo que esta divulgação tem caráter exclusivamente educativo/informativo e de orientação social.

**2.6.** A permissão de uso é concedida à título precário.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

**3.1** Fica a presente permissão de uso outorgada pelo período de 02/02/2026 a 31/01/2028, vinculada à vigência do Termo de Colaboração, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos caso assim o seja a parceria, estando uma necessariamente atrelada à outra.

### **CLÁUSULA QUARTA – REVOGAÇÃO E RESTITUIÇÃO**

**4.1.** O **PERMITENTE** poderá revogar a permissão objeto deste termo por desvio de finalidade, por descumprimento das condições nele estabelecidas ou, ainda, por interesse público.

**4.2.** A revogação também ocorrerá, automaticamente, se rescindido o Termo de Colaboração.

**4.3.** Em qualquer hipótese, a revogação ocorrerá independentemente da expedição de ato ou notificação judicial ou extrajudicial por parte do **PERMITENTE**.

**4.4.** Em caso de revogação da permissão, o **PERMISSIONÁRIO** deverá restituir os bens públicos em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da revogação, obrigando-se, enquanto estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

**4.4.1.** Na hipótese de inexecução da parceria por culpa exclusiva do **PERMISSIONÁRIO**, que faça o **PERMITENTE** assumir o objeto do Termo de Colaboração, a restituição dos bens públicos deverá ocorrer de forma imediata, respeitando-se os demais regramentos contidos no Termo de Colaboração.

**4.5.** A revogação não importa em direito do **PERMISSIONÁRIO** a indenizações de qualquer espécie, inclusive por benfeitorias necessárias ou úteis.

**4.5.1.** As benfeitorias realizadas nos imóveis descritos no termo serão incorporadas ao patrimônio municipal, não importando sua natureza ou a origem dos recursos.

### **CLÁUSULA QUINTA - FORO**

**5.1.** O Foro da Comarca de Campinas/SP, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, é o competente para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente, não resolvidas administrativamente.

E, por estarem certas e ajustadas, firmam o presente.

Documento redigido conforme minuta confeccionada pela unidade PMC-SME-DF-CSAGC (documento SEI 17252212).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO PEREIRA BOKRELEN, Usuário Externo**, em 27/01/2026, às 09:39, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PATRÍCIA ADOLF LUTZ, Secretário(a) Municipal de Educação**, em 28/01/2026, às 18:55, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DARIO JORGE GIOLO SAADI, Prefeito(a) Municipal**, em 29/01/2026, às 10:43, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **17534025** e o código CRC **A3DE5903**.